



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Domingos Neto

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br)

<b>PROTOCOLO</b>	<b>: 16.606-5/2015</b>
<b>INTERESSADO</b>	<b>: SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA</b>
<b>ASSUNTO</b>	<b>: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL REFERENTE AO CONVÊNIO Nº 080/2009 - REDEFESA</b>
<b>RELATOR</b>	<b>: CONSELHEIRO DOMINGOS NETO</b>
<b>EQUIPE</b>	<b>: LUIZA NASR</b>

Senhor Supervisor:

## **I - INTRODUÇÃO**

Tratam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Cultura (SEC/MT), atual Secretaria de Estado de Cultura, Esportes e Lazer, em decorrência da não prestação de contas do Convênio nº 080/2009, celebrado com o Instituto Creatio em 14 de dezembro de 2009.

O convênio teve por objeto a realização do Projeto Inventário de Bens Imateriais da Cultura de Vila Bela da Santíssima Trindade, no valor de R\$ 50.000,00.

Salienta-se que foram realizadas as seguintes análises: relatório técnico – documento digital nº 132138/2015 – RELATORIO\_TECNICO\_166065\_2015\_01 e relatório de defesa – documento digital nº 155456/2015 – RELATORIO\_TECNICO\_DE\_DEFESA\_166065\_2015\_01.

No relatório técnico concluiu-se pela citação do Senhor Luciano de Carvalho Mesquita, Presidente do Instituto Creatio à época, para se manifestar sobre a omissão no dever de prestar contas do recurso recebido, no valor de R\$ 50.000,00.

No relatório de defesa concluiu-se pela citação: do Senhor Luciano de Carvalho Mesquita, Presidente do Instituto à época; Do Senhor Secretário de Estado de Cultura do exercício de 2011, Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros, para responder solidariamente pela não



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Domingos Neto

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br)

instauração da Tomada de Contas, no exercício de 2011, tendo em vista o descumprimento do artigo 13 da Lei Complementar nº 269/2007 e pela Notificação do atual Presidente do Instituto Creatio para conhecimento, tendo em vista que entre as possíveis consequências advindas do julgamento deste processo há a proibição de o Conveniente receber recursos públicos.

Retornam os autos para análise da redefesa.

## **II – DOS FATOS**

A Secretaria de Estado de Cultura celebrou em 14 de dezembro de 2009, o Convênio nº 080/2009, com o Instituto Creatio, cujo objeto foi a realização do Projeto Inventário de Bens Imateriais da Cultura de Vila Bela da Santíssima Trindade, no valor de R\$ 50.000,00.

O prazo inicial de vigência do presente Convênio foi de 14/12/2009 a 31/07/2010. Por meio do 1º termo aditivo, firmado em 21/07/2010, o prazo foi prorrogado para 30/12/2010. O conveniente recebeu o recurso em 21/12/2009, por meio da nota de ordem bancária - NOB n. 23101.0001.09.04121-8, constante dos autos.

A cláusula 8ª do termo firmado estabelece as obrigações quanto à prestação de contas dos recursos, indicando o prazo de 30 dias após o término da vigência para apresentar a devida prestação de contas. Assim, o prazo legal para a prestação de contas do citado Convênio teve como termo final 30/01/2011.

Convém informar que o Senhor Luciano de Carvalho Mesquita, Presidente do Instituto à época, foi notificado pela SEC-MT em 09/03/2011, por meio do Ofício nº 289/11/Conv, para no prazo de 30 dias apresentar a prestação de contas. Entretanto, o mesmo não foi localizado, o que ensejou nova citação, que ocorreu em 15/05/2013, mediante Ofício nº 897/13/Conv. O Presidente do Instituto Creatio mais uma vez não foi localizado. Assim, a SEC realizou citação via Edital em 27/05/2014, também não obtendo êxito.

Como o Senhor Luciano de Carvalho Mesquita não apresentou a prestação de contas, o processo foi encaminhado à Comissão de Tomada de Contas Especial, designada pelas Portarias nº 032/2014 e 045/2014, que procedeu a notificação extrajudicial do conveniente em



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Domingos Neto

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-conselho camposneto@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselho camposneto@tce.mt.gov.br)

17/11/2014, estabelecendo o prazo de 15 dias úteis para apresentar a prestação de contas.

Contudo, o conveniente não apresentou a respectiva prestação de contas.

Como já citado anteriormente, foi sugerido no relatório técnico de defesa, a citação do Senhor Luciano de Carvalho Mesquita, Presidente do Instituto à época; Do Senhor Secretário de Estado de Cultura do exercício de 2011, Sr. João Antônio Cuiabano Malheiros, para responder solidariamente pela não instauração da Tomada de Contas no exercício de 2011 e a Notificação do atual Presidente do Instituto Creatio para conhecimento

Assim, por meio do Ofício nº. 1069/2015/GAB/DN/TCE, de 29 de setembro de 2015, o Senhor Luciano de Carvalho Mesquita foi citado para no prazo de 15 (quinze) dias apresentar manifestação perante este Tribunal sobre as impropriedades elencadas nos Relatórios (documentos 132138/2015 e 155456/2015).

O Senhor Clóvis Nobre de Miranda, atual Presidente do Instituto Creatio, foi notificado por meio do Ofício nº 1071/2014/GAB-DN, de 29 de setembro de 2014, para tomar conhecimento do teor dos Relatórios (documentos 132138/2015 e 155456/2015), e, querendo, em até 15 (quinze) dias, adotar as medidas que entender cabíveis.

E o Senhor João Antônio Cuiabano Malheiros, Secretário de Estado de Cultura Esporte e Lazer do exercício de 2011, foi citado mediante Ofício nº. 1072/2015/GAB/DN/TCE de 29 de setembro de 2015, para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar perante este Tribunal sobre as impropriedades elencadas nos Relatórios (documentos 132138/2015 e 155456/2015).

Em 07/10/2015, o Senhor João Antônio Cuiabano Malheiros protocolou neste Tribunal justificativas e documentação (documento digital nº 189695/2015 - DOCUMENTO\_EXTERNO\_236110\_2015\_01 páginas 1 a 5).

Em 10/11/2015 o Senhor Clóvis Nobre de Miranda protocolou Requerimento (documento digital nº 212057/2015 – DOCUMENTO\_EXTERNO\_257516\_2015\_01), requerendo cópias dos relatórios, do convênio nº 080/2009 e seu aditivo e ainda dilação do prazo por mais 15 dias para adoção das medidas que entender cabíveis.

Destaca-se que o conveniente, Senhor Luciano de Carvalho Mesquita,



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Domingos Neto

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br)

devidamente citado, não apresentou manifestação.

Convém informar que consta dos autos Decisão exarada pelo Exmo. Conselheiro Relator em 29 de maio de 2017, encaminhando os autos para esta SECEX para conhecimento do advento da Decisão Administrativa nº 08/2016-TP, que revogou a Decisão Administrativa nº 15/2015-TP deste Tribunal de Contas, que determinou o sobrestamento dos processos que tramitam nesta Corte oriundos da Secretaria de Estado de Cultura, acerca de Tomadas de Contas que tenham como órgão fomentador de projetos culturais a referida Secretaria, cuja irregularidade constatada foi a ausência de prestação de contas e/ou prestação insuficiente de contas, por parte dos proponentes desses projetos, bem como os recursos financeiros previstos tenham sido liberados até 31/12/2013 publicada no DOC-TCEMT em 16/12/2015.

### **III – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL**

Por meio das Portarias nº 032/2014 e 045/2014, a Secretaria de Estado de Cultura designou uma Comissão de Tomada de Contas Especial para o exercício de 2014, com o objetivo de apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos públicos referente às pendências dos Convênios e instrumentos congêneres celebrados pela Secretaria de Estado de Cultura, tendo em vista a ausência de prestação de contas e/ou apresentação de prestação de contas irregulares.

A citada comissão emitiu o relatório acostado nos autos, no qual concluiu que o Instituto Creatio deverá ser considerado inadimplente perante a SEC-MT, o Conselho Estadual de Cultura, Esporte e Lazer e o Conselho Estadual de Cultura, estando proibido de receber qualquer recurso enquanto não efetuar a integral quitação do recurso recebido.

Concluiu-se ainda, que o devedor é passível de inscrição em dívida ativa a ser executado pela Procuradoria Geral do Estado.

Por fim, a comissão concluiu que diante da ausência de prestação de contas, o valor do dano ao erário atualizado até 28/04/2015, incluído os rendimentos, é de R\$ 114.800,00.

Posteriormente, o processo de tomada de contas especial foi remetido à



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Domingos Neto

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br)

Controladoria Geral do Estado (CGE) para emissão de parecer, conforme documento juntado aos autos.

A CGE/MT analisou o aludido processo de tomada de contas e emitiu o parecer de nº 0553/2015, concluindo que os trabalhos de apuração do fato relacionado à tomada de contas especial está em conformidade com a legislação federal e estadual e com as normas dos sistema de controle interno do Poder Executivo e do Tribunal de Contas.

Conforme o parecer, a CGE/MT concorda com o Parecer da Comissão de Tomada de Contas Especial pela devolução ao cofre estadual do valor de R\$ 114.800,00.

#### **IV – DA DEFESA APRESENTADA**

Insta salientar que o conveniente, Senhor Luciano de Carvalho Mesquita, mesmo devidamente citado, não apresentou manifestação, não encaminhando a devida prestação de contas do Convênio nº 080/2009.

Salienta-se ainda, que o Senhor Clóvis Nobre de Miranda foi notificado para tomar conhecimento, e assim, o fato de não apresentar as medidas que entendeu serem cabíveis não influencia na análise da defesa.

A seguir, as justificativas e documentação encaminhadas pelo Senhor João Antônio Cuiabano Malheiros, ex-Secretário de Estado de Cultura (documento digital nº 189695/2015 - DOCUMENTO\_EXTERNO\_236110\_2015\_01 páginas 1 a 5).

O ex-gestor alega que passados vários anos e a Secretaria de Estado de Cultura passado pela troca de vários secretários como titular da pasta, ficou totalmente prejudicada a defesa/manifestação tendo em vista que toda documentação correlata ao Convênio e consequente providências tomadas para que sobreviesse a prestação de contas encontra-se em poder da Secretaria, não tendo mais acesso.

Alega constar do relatório técnico a informação dos Ofícios 289/2011/Conv. e 897/2013/Conv. como correspondências que foram devidamente enviadas ao conveniente



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Domingos Neto

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br)

cobrando a prestação de contas do Convênio nº 080/2009, e que assim foi tomada toda providência no sentido de notificar o Conveniente para que prestasse conta do recurso recebido, o que resultou na Tomada de Contas Especial.

Argumenta o ex-gestor que todas as providências por ele tomada e pelos demais Secretários da pasta, no intuito de notificar o conveniente para que prestasse conta do recurso recebido foram infrutíferas, pois não localizou o conveniente e assim a SEC-MT realizou citação via edital em 27/05/2014.

Os documentos encaminhados foram o Ato nº 429/2011 e Ato nº 8055/2012 – (nomeação e exoneração para o cargo de Secretário de Estado de Cultura) publicados no Diário Oficial do Estado de 01/02/2011 e 05/06/2012 respectivamente.

#### **IV – DA ANÁLISE DOS TERMOS DA DEFESA**

Concernente ao argumento apresentado pelo Senhor João Antônio Cuiabano Malheiros, ex-Secretário de Estado de Cultura, dos Ofícios 289/2011/Conv. e 897/2013/Conv. como correspondências que foram devidamente enviadas ao conveniente cobrando a prestação de contas do Convênio nº 080/2009 e que assim foi tomada toda providência no sentido de notificar o Conveniente para que prestasse conta do recurso recebido, o que resultou na Tomada de Contas Especial, não procede.

A notificação para o conveniente apresentar a prestação de contas do convênio não pode ser considerada como toda providência a ser adotada com o intuito de se instaurar a tomada de contas especial, visto que esta somente foi instaurada no exercício de 2014 por outro Secretário, em 05/04/2014 (3 anos, 3 meses e 5 dias após o fim da vigência do convênio).

Salienta-se que o prazo inicial de vigência do Convênio nº 080/2009 foi de 14/12/2009 a 31/07/2010, e por meio do 1º termo aditivo, firmado em 21/07/2010, o prazo foi prorrogado para 30/12/2010. Assim, o prazo legal para a prestação de contas do Convênio teve como termo final 30/01/2011.

Como a nomeação do ex-secretário, Senhor João Antônio Cuiabano Malheiros,





**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Domingos Neto

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br)

deu-se em 02/02/2011, caberia a ele instaurar a Tomada de Contas Especial no exercício de 2011, tendo em vista o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 269/2007, que estabelece:

Art. 13. A autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá adotar providências imediatas com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, sempre que não forem prestadas as contas, quando ocorrer desfalque, desvio de bens ou valores públicos, a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, bem como nos casos de concessão de benefícios fiscais ou de renúncia de receitas que resultem em prejuízo ao erário.

§ 1º. Comprovado o dano ao erário, a tomada de contas especial deverá ser encaminhada desde logo ao Tribunal de Contas para julgamento.

§ 2º. Não atendido o disposto no *caput* deste artigo, o Tribunal de Contas determinará a instauração da tomada de contas especial, fixando prazo para cumprimento dessa decisão.

Quanto à omissão do conveniente, Senhor Luciano de Carvalho Mesquita, presidente à época do Instituto Creatio, em apresentar a prestação de contas do recurso recebido, restou prejudicada a análise desta.

Contudo, constata-se que a apuração dos fatos, identificação do responsável e quantificação do dano foi realizada pela comissão de tomada de contas especial.

A omissão do Conveniente, em prestar contas do recurso recebido, contraria o parágrafo único do artigo 46 da Constituição Estadual que dispõe:

Art. 46. ....

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou por qualquer forma, administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Outro dispositivo legal que não foi cumprido é a Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ/AGE nº 03/2009, que estabelece em seu artigo 30:

Art. 30. O Órgão ou Entidade que receber recursos, na forma estabelecida nesta Instrução Normativa, ficará sujeito a apresentar ao Concedente a prestação de contas do total dos recursos recebidos, da respectiva contrapartida e da aplicação financeira, se for o caso.



**Tribunal de Contas**  
**Mato Grosso**  
**TRIBUNAL DO CIDADÃO**

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Conselheiro Domingos Neto

Telefones: (65) 3613-7653 / 7667 / 7668

e-mail: [secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br](mailto:secex-conselheirocamposneto@tce.mt.gov.br)

**V - CONCLUSÃO**

Do exposto, tendo sido respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla defesa previstos na Constituição Federal, para que o senhor Luciano de Carvalho Mesquita se manifestasse sobre a omissão no dever de prestar contas do recurso recebido, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em 21/12/2009, conclui-se pela devolução integral atualizada ao erário da quantia recebida pelo conveniente, e conclui-se também pela responsabilidade solidária do ex-secretário de Estado de Cultura, pela não instauração da Tomada de Contas Especial do citado convênio no exercício de 2011, tendo em vista o descumprimento do artigo 13 da Lei Complementar nº 269/07.

É a informação.

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA 4ª RELATORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, em Cuiabá, 20/06/2017.

*(Assinatura digital disponível em [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

**LUIZA NASR**

**Técnico de Controle Público Externo**